



TERMO DE REFERÊNCIA

PROLONGAMENTO RUA AGÍLIO CUNHA RUA AGÍLIO CUNHA - CIDADE NOVA, ITAJAÍ/SC

1. OBJETIVO / JUSTIFICATIVA

Este projeto tem como objetivo Prolongar a Rua Agílio Cunha, promovendo mais uma saída do Município de Itajaí com a BR – 101. Para tal faz-se necessário a execução de um trecho de via Marginal a rodovia federal.

Justifica-se a implementação deste prolongamento pelas informações elencadas abaixo:

- Proporcionar uma nova rota de ligação a BR-101;
- Diminuir o congestionamento dos outros trevos de acesso ao Município;
- Garantir segurança ao usuário e trânsito local, diminuindo a possibilidade de incidentes/acidentes de trânsito.

O projeto também tratou de melhorar a mobilidade urbana com a implantação de passeios ao longo de toda a via, contemplando rampas de acesso, bolsões de estacionamento e ciclofaixa.

O Projeto conta com sistema de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica, passeio público em concreto e ciclofaixa devidamente sinalizadas, serão implantadas ainda árvores regionais a fim de melhorar a visibilidade no entorno da via, trazendo conforto visual e térmico à população local.

2. OBJETO

Esta licitação tipo **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, tem por objeto a contratação de empresas para:

Descrição
PROLONGAMENTO RUA AGÍLIO CUNHA, CIDADE NOVA - ITAJAÍ-SC, compreendendo os serviços de construção de calçadas, paisagismo, infraestrutura de iluminação urbana, drenagem, pavimentação em asfalto e sinalização viária.

Atendidas as condições previstas, será considerado vencedor a proposta que resulte no menor preço global.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários à execução do objeto presente neste processo licitatório são provenientes do Convênio Internacional com a seguinte dotação orçamentária despesa 357 (4.4.90).

4. ORÇAMENTO ESTIMATIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Descrição do Objeto	Orçamento Total do Objeto
PROLONGAMENTO RUA AGÍLIO CUNHA, CIDADE NOVA - ITAJAÍ-SC	R\$ 5.859.265,57

É **OBRIGATÓRIO**, apresentação da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA** proposta por parte do licitante contendo a indicação do **BDI**, informando o percentual utilizado na composição do preço (em respeito ao Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União).

A planilha orçamentária de referência foi elaborada conforme levantamento de quantitativos nos Projetos Básicos e memorial descritivo, sendo que as unidades dimensionais e preços foram utilizados as obtidas conforme os indicadores: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil da Caixa Econômica Federal - SINAPI; Departamento Estadual de Infraestrutura -



DEINFRA/SC; Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável - IPPUJ/SC; SICRO/SC Sistema de Custo Referencial de Obras do DNIT/SC - SICRO/SC e CASAN.

A planilha da proposta orçamentária do objeto, que compõe a Proposta Comercial, deverá ser preenchida por profissional competente, devendo constar o seu nome, assinatura e o número do registro do profissional no CREA ou CAU;

Os dispêndios mensais estão estimados conforme cronograma físico-financeiro anexo.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PRAZO CONTRATUAL

O prazo para execução do objeto será de 240 (duzentos e quarenta) dias e o prazo Contratual será de 330 (trezentos e trinta) dias.

A contagem do prazo de execução se iniciará conforme emissão da Ordem de Serviço.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para a fase de habilitação do certame licitatório, a empresa ou consórcio proponente deverá comprovar além da capacidade jurídica, fiscal e financeira, capacidade técnica para a realização do objeto previsto neste Termo de Referência, conforme segue:

7.1) Certificado de Registro e Regularidade da empresa (pessoa jurídica):

A proponente deverá comprovar regularidade e registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), compatível com o objeto da licitação.

- ➔ Certidão de órgão de classe comprovando a regularidade da empresa ou das empresas do consórcio;
- ➔ Documento de Intenção ou Compromisso de Constituição do Consórcio de empresas para a execução específica deste objeto (caso necessário).

7.2) Certificado de Registro e Regularidade do Profissional (pessoa física):

Apresentar registro e/ou certidão de inscrição e comprovante de regularidade junto no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de todos os profissionais técnicos que participarão na condução do serviço contratado, devendo constar, no mínimo: **o(s) responsável(eis) técnico(s) (Arquiteto ou Engenheiro Civil); um Especialista em Segurança do Trabalho e um Engenheiro Ambiental.**

- ➔ Certidão de órgão de classe comprovando a regularidade;
- ➔ Comprovação de vínculo empregatício de cada profissional.

7.3) Capacidade Operacional e Profissional (pessoa jurídica / pessoa física):

A proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CAU ou CREA, do(s) responsável(eis) técnico(s), ter executado os itens do quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA	COMPROVAÇÃO QUANTITATIVA MÍNIMA
Execução de base ou sub-base para pavimentação	1.200,00 m³
Execução de pavimento com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ)	400m³
Execução de piso/calçada/passeio em concreto*	1.200m² ou 120m³



*: Não será considerada a execução de piso/calçada/passeio em bloco ou lajota em concreto.

- ➔ Certidão ou Declaração ou Atestado de execução do serviço;
- ➔ CAT(s) - Certidão de Acervo Técnico do CAU ou CREA.

7.3.1 Será permitida para a comprovação quantitativa mínima a apresentação de certidão e atestado proveniente de no máximo 03 (três) contratos distintos. A limitação da quantidade de atestados exigida para comprovar a Capacidade Operacional, se deve ao fato de que as obras que serão supervisionadas possuem grau de complexidade técnica de execução que exigirá aprimorados conhecimentos operacionais e profissionais, de forma a cumprir plenamente todas às exigências deste TR.

7.3.2 Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação dos certidão(ões) e/ou atestado(s):

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados.

7.3.3 Os itens e a quantidade mínima para comprovar a Capacidade Operacional foram adotados levando em consideração os serviços de maior relevância financeira e de maior complexidade técnica dentre todos os serviços desta intervenção, em acordo ao disposto no § 2º do Artigo 30 da Lei 8.666/93. Por fim, também, as quantidades mínimas exigidas estão de acordo com a referida Lei, não ultrapassando 50% daquilo que está previsto a ser executado.

7.4) Capacidade Profissional (pessoa física):

O responsável técnico (pessoa física) deve comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CREA / CAU, experiência na execução de obra compatível em características com o objeto licitado – **EXECUÇÃO DE OBRA VIÁRIA** – incluindo serviços de Drenagem, terraplenagem, Pavimentação Asfáltica e execução de piso em Concreto.

- ➔ Certidão ou Declaração ou Atestado de execução do serviço;
- ➔ CAT(s) - Certidão de Acervo Técnico do CAU ou CREA.

7.5) Orientações Gerais:

A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços dentro da legislação civil comum, que demonstrem a identificação do(s) profissional(ais). Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CAU/CREA, devidamente atualizada;

Os profissionais indicados deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que aprovada pela Fiscalização a comprovação de qualificação técnica exigida neste item;

Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

8. SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

As Normas Regulamentadoras – NRs, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória por parte da empresa vencedora, bem como as demais leis e normas vigentes, em especial a NR 18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e seus desdobramentos.



A empresa vencedora deverá ter em seu quadro de profissionais um técnico especialista em Segurança do Trabalho (devidamente habilitado e capacitado), que deverá acompanhar os trabalhos do objeto deste TR.

O município de Itajaí poderá a critério de seu corpo técnico, determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela empresa vencedora, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A empresa vencedora se responsabilizará, ainda, por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Dada a Ordem de Serviço pela Contratante, é obrigatório a abertura do "Diário de Obra" ou "Registro de Ocorrências" nos Termos da Instrução Normativa 005 – CMA/2006 -Coordenadoria da Moralidade Administrativa da Prefeitura de Itajaí, mantendo-o devidamente atualizado durante a execução da obra e presente no canteiro de obras que seja de fácil acesso para fiscalização.

Manter todos os projetos, cadernos de encargos, memoriais descritivos, ARTs/ RRTs, alvarás e qualquer licença e/ou autorização, presente no canteiro e que seja de fácil acesso para fiscalização de obras e contratos.

Todo o fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, transporte de pessoal, alimentação, hospedagem, obrigações fiscais e sociais, seguros por danos pessoais, materiais, responsabilidades técnica e civil, correrão à custa exclusiva da empresa vencedora.

O pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços.

Toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista previdenciária, de acidente de trabalho gerada por força de vínculo contratual de pessoal e acidentes é de responsabilidade única e exclusiva da empresa vencedora, eximindo a contratante de qualquer ônus.

Adotar critérios de sustentabilidade (ambiental, econômica e social) como responsabilidade da empresa.

A responsabilidade técnica engloba todas as normas estipuladas pelo órgão controlador da atividade profissional e demais legislações vigentes, portanto deverá providenciar junto ao CAU ou CREA as Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica - ART's ou RRT's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, sob pena de retenção da medição.

Cumprir o previsto nos Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos.

É de inteira responsabilidade da empresa vencedora a fiel execução dos serviços, em conformidade com o projeto e Memorial Descritivo do objeto, de forma que a obra seja concluída de acordo com a boa técnica e as normas específicas.

A empresa vencedora deverá contar com equipe tecnicamente qualificada e especializada, maquinário e equipamentos considerados essenciais para a boa execução dos serviços previstos nesta obra, não sendo admitido alegar a impossibilidade de execução ou atraso pela falta ou indisponibilidade deste(s).

Manter sempre em serviço um supervisor e preparado para responder prontamente pela empresa junto à fiscalização.

Manter a área de obra e de seu entorno totalmente limpa e segura.



Deverão ser observadas pela empresa vencedora, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas, necessárias à preservação da integridade de seus colaboradores, do patrimônio público e dos usuários.

Refazer qualquer trabalho que não obedeça aos elementos do projeto e demais disposições contratuais, correndo por conta da contratada as despesas decorrentes desta correção/reparo.

Respeitar e cumprir com todas as recomendações estabelecidas no Licenciamento Ambiental desta obra.

A empresa vencedora deverá manter um técnico devidamente habilitado e capacitado - PREPOSTO "FULL TIME" exclusivo nas dependências do local, no horário e nos dias da prestação dos serviços prestados, o qual será responsável pela supervisão e acompanhamento destes, dotado de poderes para controlar a frequência, pontualidade, dirimir dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados com a execução do objeto.

O(s) responsável(is) técnico(s) e demais profissionais técnicos (Especialista em Segurança do Trabalho e Ambiental), deverão participar com assiduidade na condução dos serviços realizados pela empresa vencedora.

Por ocasião do Termo de Recebimento Definitivo da Obra, deverá ser fornecido um "as built" do Projeto Executado.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Disponibilizar todos os dados, projetos, detalhes técnicos, para a boa execução do objeto.

Fazer a gestão e fiscalização do contrato e do objeto.

Emitir a Ordem de Serviço, para início do prazo de execução, sendo a execução acompanhada e fiscalizada por técnicos designados pelo Município.

Realizar os Boletins de Medição mensais, baseados nas avaliações dos serviços realizados, os quais serão feitos pela Equipe de Fiscalização designada.

Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa vencedora serão medidos mensalmente pela Fiscalização do Município de Itajaí, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos, serão assinados pelos: Responsável Técnico da empresa vencedora e pelo(s) Fiscal(is) devidamente designado(s) pela Contratante.

Fiscalizar o andamento da obra que será efetuado de acordo com os prazos de execução e marcos contratuais definidos no Cronograma Físico-Financeiro, podendo ser adequado conforme a necessidade do Município, verificada no decorrer do contrato.

10. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

O objeto da presente concorrência será recebido provisoriamente pelo fiscal designado, mediante TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação do contratado nos termos do art. 73, I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/93, onde deverá ser providenciado o "as built" do Projeto Executado.

Decorrido prazo não superior a 90 (noventa) dias após a entrega do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, deverá ser emitido, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, que será assinado pelas partes após o decurso do prazo de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da lei 8.666/93. O termo de recebimento definitivo das obras e serviços, não isenta a empresa vencedora das combinações previstas na legislação civil em vigor, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As especificações dos procedimentos a serem adotados em todas as etapas do trabalho estão contidas no projeto e no memorial descritivo. Todas as dúvidas com relação à obra deverão ser apresentadas por escrito a Fiscalização.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela Contratada, desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, do edital, dos projetos, das especificações técnicas, dos memoriais, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes.

No caso de haver a subcontratação a contratada se obriga a comprovar à Fiscalização a devida capacidade técnica da subcontratada por intermédio de comprovação ou CAT de execução de obra e/ou serviço similar ao subcontratado, assim como a documentação necessária que comprove estar em dia com suas obrigações jurídica, fiscal e financeira, sob pena de não ter a subcontratação aprovada pela Fiscalização;

A existência e a atuação da fiscalização em nada diminuirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne aos serviços ora contratados e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado ou União.

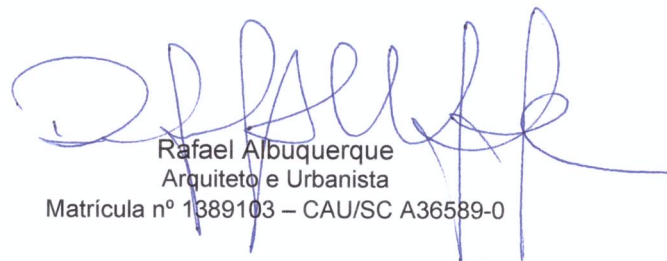
A empresa vencedora ficará responsável por todos os serviços contratados, bem como obrigações civis, trabalhistas, previdenciárias, de acidente de trabalho gerada por força de vínculo contratual de pessoal e correspondentes a todos os trabalhadores que estiverem efetivamente executando serviços na obra, independente de subcontratação ou execução direta, incluindo qualquer tipo de encargos sociais, eximindo a contratante de qualquer ônus.

Este documento e seus anexos serão parte integrante do contrato a ser firmado entre o município de Itajaí e a empresa vencedora.

12. ANEXOS

Fazem parte integrante e indissociável deste edital:

- Projetos de Execução - com sua respectiva ART/RRT;
- Memorial Descritivo, Cronogramas e Orçamentos - com suas respectivas ART;
- Modelo de planilhas de cronograma e orçamento;
- Modelo de diário de obras;
- Modelo de placa de obra.



Rafael Albuquerque
Arquiteto e Urbanista
Matrícula nº 1389103 – CAU/SC A36589-0